

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No âmbito dos requisitos de transparência dos atos de gestão pública e da obrigatoriedade de se fornecer informação pública detalhada sobre o mercado de emprego e formação profissional, os diversos governos, ao longo dos anos, encetaram esforços no sentido de dotar o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P de mecanismos que permitissem a publicação regular e periódica, nomeadamente através da sua página de internet.

Neste sentido, até 2015, durante a vigência do governo PSD/CDS, sempre foi possível aceder a um conjunto de publicações estatísticas relativas ao Mercado de Emprego, ao Sistema de Avaliação das Medidas de Emprego e Formação Profissional e aos Indicadores de Atividade. Também surgia de modo recorrente e atualizado, publicações de instrumentos de gestão, enquadramentos da atividade desenvolvida e a desenvolver face aos recursos disponíveis, documentos de monitorização e de avaliação do desempenho do IEFP, através de indicadores de eficácia, eficiência e qualidade, atendendo aos objetivos estratégicos de carácter plurianual definidos e aos objetivos operacionais e respetivas metas anuais de concretização.

As estatísticas sobre o emprego e a formação profissional são essenciais para sustentar, com bases concretas, o gizar das medidas que se vão mostrando necessárias para manter e dinamizar o emprego e minimizar os riscos de aumento do desemprego, nomeadamente favorecendo a requalificação das pessoas que perderam o seu posto de trabalho e melhorando a adequação entre as necessidades das empresas e a capacitação dos candidatos a emprego.

Também os dados da execução física e financeira são imprescindíveis para a monitorização de todos os apoios que estão a ser canalizados para as pessoas e para as empresas. Já a mais recente Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas à medida "Lay-off simplificado" recomendou ao governo instrumentos de gestão que permitissem uma melhor transparência de gestão, pois tem de haver mecanismos que permitam aferir que os apoios aprovados, chegam efetivamente à economia e às famílias, e não ficam retidos nos cofres do Estado.

Está, por isso, evidente a importância da divulgação destes dados, quer para o Governo, nas

áreas de governação ligadas à economia, desenvolvimento e emprego, quer para os cidadãos individualmente considerados, que só assim poderão fazer as melhores opções para o seu percurso formativo e profissional.

Por conseguinte, os Deputados da Nação também não prescindem do acesso a estes dados, em tempo útil e com a devida transparência, para que se possa acompanhar o dia a dia dos cidadãos e das empresas, e respetivos meios que o Estado coloca à sua disposição.

Numa altura em que o Instituto do Emprego e Formação Profissional regista mais de 430 000 desempregados, um ritmo de mais 500 inscrições diárias e cerca de 7 000 famílias em que ambos os cônjuges estão desempregados, esta preocupação é obviamente acrescida.

O acesso a dados estatísticos atualizados, transparentes e fiáveis, e uma análise tão detalhada quanto possível, do mercado e do serviço público de emprego e de formação profissional, é uma necessidade acrescida numa altura em que o mundo do trabalho atravessa um período de grande pressão devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, e que determinam que recursos avultados sejam alocados para proteger o emprego e a formação profissional.

Acontece, porém, que, inexplicavelmente, no IEFP, I.P., as Publicações Estatísticas, nomeadamente relatórios mensais de execução física e financeira, já não são publicados desde março de 2020 e as Publicações de Instrumentos de Gestão encontram-se também desatualizadas desde o ano de 2018. É incompreensível e inaceitável este procedimento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Nestes termos e nos mais de direito, os Deputados do GP/PSD, a bem da transparência das políticas públicas e do seu escrutínio democrático, solicitam:

- A divulgação pública e urgente das Estatísticas e Instrumentos de Gestão do IEFP, I.P., em falta.

Palácio de São Bento, 14 de abril de 2021

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

Deputado(a)s

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)